

# *Inovação e Conflito nos Capítulos I ao III de O Príncipe de Maquiavel: Pocock e Lefort Contra o Reduccionismo Socioeconômico da Noção de Classe na Interpretação de McCormick*

Otávio Vasconcelos Vieira<sup>1</sup>

UNICAMP

## INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, vem ganhando exponencialmente força um movimento conflitu- lista (Cf. Di Pierro, 2019; Pedullà, 2018, pp. 3-6) e democrático (Cf. Silva, 2018; Litvin, 2019) de leitura da obra de Maquiavel<sup>2</sup>. O que caracteriza este movimento interpretativo é, sobretudo, a compreensão do conflito entre os grandes e o povo como central na obra do autor<sup>3</sup>. Conflito este que é tumultuário, extraordinário, insuperável e assimétrico, e cuja abordagem desvela uma perspectiva democrática de Maquiavel, na medida em que pensa as potencialidades da ação política do povo<sup>4</sup>. Muitas vezes, estas recentes interpretações conflitualistas e democráticas realizam uma centralização temática e textual potencialmente reducionista na leitura da obra de

---

1 Agradeço enormemente à Professora Dra. Yara Adario Frateschi e a todos os membros do Grupo de Filosofia Política da UNICAMP pela leitura, acompanhamento e sugestões atenciosos para a redação deste artigo. Agradeço ao fomento da CAPES em minha pesquisa de Doutorado desde 2019, e ao fomento da CNPq para a conclusão do meu mestrado, também em 2019

2 Entendo como alguns dos expoentes desse movimento interpretativo Gabriele Pedullà (2018), Helton Adverse (2007), Marie Gaille-Nikodimov (2004), Filippo Del Lucchese (2015), Miguel Abensour (1997) e John P. McCormick (2011a). No presente artigo posiciono-me em relação a este último.

3 Nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, I.4, Maquiavel afirma que “em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e do dos grandes”, e que “todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (Maquiavel, 2007, p. 22). Depois, em I.5, que “em toda república há homens grandes e populares”, e que “se consideramos o objetivo dos nobres e dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados” (Ibid., p. 24). Em *O Príncipe*, capítulo IX, Maquiavel escreve que se ascende ao principado civil “ou com o favor do povo ou como favor dos grandes. Porque em toda cidade se encontram estes dois humores diversos e nasce, disto, que o povo deseja não ser nem comandado nem oprimido pelos grandes e os grandes desejam comandar e oprimir o povo. Destes dois apetites diversos nasce na cidade um destes três efeitos: ou o principado, ou a liberdade ou a licença.” (Id., 2020, p. 285)

4 Maquiavel afirma que os populares têm “maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes” (Id., 2007, p. 24)

Maquiavel. A saber, realizam uma leitura pormenorizada dos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*<sup>5</sup>, em detrimento de *O Príncipe*, a fim de desenvolverem suas reflexões.

Ao menos, este parece ser o caso de John P. McCormick. Ele busca defender que o conselho político mais original dado pelo secretário florentino foi quanto ao governo popular e à contenção das elites, e não majoritariamente o de “instruir os governantes sobre como eles podem melhor manipular o povo” (McCormick, 2011a, p. 3). Destarte, este intérprete foca sua leitura nos *Discursos*, que são dedicados à “constituição ideal de Maquiavel, a República Romana” (Ibid., p. 21, meu itálico). A leitura de *O Príncipe*, nessa interpretação, toma uma posição secundária e é regulada por uma questão mais detalhadamente abordada nos *Discursos*.

Assim, quando McCormick analisa *O Príncipe*, seu interesse é mostrar o “surpreendente” (Ibid.) caráter filo-popular e antielitista desta obra. Para tanto, o estudioso coloca o capítulo IX, no qual o florentino recomenda que os príncipes sustentem seu poder sobre o povo e não sobre os grandes, como o motor de todo o livro<sup>6</sup>. Em um artigo de 2015, ele afirma que “a essência do conselho de Maquiavel aos novos príncipes em *O Príncipe*” (Id., 2015b, p. 339) é dar poder econômico e militar ao povo a fim de não depender mais dos nobres. E, para mostrar isso, o intérprete, em seus textos dedicados ao livro de 1513<sup>7</sup>, rastreia, examina e compara a teia de exemplos particulares de novos príncipes expostos no livro (e, muitas vezes, retomados e complementados nos *Discursos*), mostrando a questão da “aliança de classe” (Id., 2015a, p. 123) como um ponto comum entre eles.

É importante notar que a forma como o autor do *Machiavellian Democracy* aborda a noção de classe na obra de Maquiavel é estritamente enquanto categoria socioeconômica. McCormick é enfático em classificar desta forma o povo e os grandes nas obras do secretário florentino. É a posição social e a busca por riquezas dos grandes que gera o apetite de dominação; bem como é a condição de desvantagem social e econômica do povo que gera o desejo de não dominação. Assim, ainda que grandes e povo sejam categorias consideravelmente abrangentes, elas abarcam grupos sociais determinados e que compõem a cena da política civil – *optimates* e *popolo*, senado e plebe (Cf. Id., 2011a, pp. 3-17). Com esta interpretação, o tema do conflito fica confinado à política interna, à comunidade do corpo político.

Em função desta estreiteza da noção de classe, ainda que se possa dar uma interpretação muito coerente dos *Discursos* e da *História de Florença*, a interpretação da integralidade de *O Príncipe* fica comprometida. Isto porque a ‘essência de *O Príncipe*’ na interpretação de McCormick, enquanto a questão da ‘aliança de classe’, relaciona-se de forma bastante contingente com a temática da inovação do príncipe novo. A questão da inovação realizada pelos príncipes não me parece se ligar ‘essencialmente’ à da aliança de classe. Nesta ‘essência’ não está contida a resposta para as perguntas: mas, afinal, por que os exemplos de *O Príncipe* são os dos *príncipes novos*? Não estariam os monarcas hereditários envolvidos em semelhantes tensões de classe? Então, por que um livro que tematiza o príncipe *novo*? A questão da inovação, das circunstâncias políticas em que se encontram os príncipes novos, própria de *O Príncipe*, é deixada de lado.

Este ofuscamento do tema da inovação se revela na abordagem seletiva de McCormick em relação ao livro de 1513. Enquanto dá uma atenção cuidadosa a certos capítulos que corroboram sua tese geral – em especial, os capítulos VII ao IX –, desconsidera, ou faz considerações

5 Doravante, *Discursos*

6 É relevante notar que, nos textos em que McCormick (2011a, 2011b, 2014, 2015a, 2015b, 2017, 2018) se dedica a *O Príncipe* aqui considerados, o capítulo IX é sempre citado e examinado.

7 Ver nota anterior.

meramente adjacentes, sobre outros. Nota-se, para o escopo do presente artigo, a reticência de McCormick em relação aos capítulos I ao III. Como explicar o que está sendo exposto nestes capítulos através de categorias socioeconômicas localizadas, uma vez que a temática da desunião do povo e dos grandes ainda nem foi posta nestes termos no livro? Nestes capítulos, os *modos de aquisição* dos principados são colocados como a urdidura sobre a qual se traçará a trama da discussão do livro, e o que mais explicitamente determina a gradação de dificuldade para a manutenção do principado é *se o príncipe é ou não novo* (Maquiavel, 2020, pp. 205-209). Deveríamos supor, considerando a interpretação de McCormick, que este momento da obra de Maquiavel seria como que ‘não-essencial’ para a questão do conflito e da divisão civil, ou fora do tema da ‘aliança de classe’?

Uma possível defesa de McCormick contra essa suposição poderia ser a interpretação que ele oferece em um texto de 2017. Lá, ele aborda o conselho de Maquiavel no capítulo III de *O Príncipe* aos conquistadores de novos *stati* quanto a “precaer-se de que por um acidente não entre aí algum forasteiro [...] poderoso” (Ibid., p. 217). McCormick explica que esta recomendação

presumivelmente significa que, ou os nobres (cuja ambição é a de oprimir o povo) membros das potências menores, ou seus membros que são pessoas comuns (que temem e resistem à opressão da parte dos nobres), vão inevitavelmente convidar uma potência maior à cidade a fim de buscar um ou outro desses fins (McCormick, 2017, p. 172).

Esta explicação se baseia no que Maquiavel desenvolve em capítulos posteriores, em especial, o capítulo IX. De todo modo, ainda que se apresente, assim, a presença do conflito no capítulo III, ela é extremamente tímida na abordagem da conquista de novos *stati* exposta neste capítulo. Como ‘presumir’ que o conflito de tipo estritamente socioeconômico de classes esteja mobilizando essencialmente a reflexão do capítulo III diante da explícita referência à língua – um “elemento cultural determinante para a conquista e conservação do poder”, como oportunamente pontuou Adverse (2010, p.23)? E como ‘presumir’ que este conflito seja especificamente aquele interno às cidades, quando o capítulo está repleto de exemplos, antigos e modernos, de relações externas entre governantes e potências?

Levando em conta estes questionamentos, pretendo mostrar que a leitura dos capítulos I ao III de *O Príncipe* e do problema da inovação neles expresso poderia ser feita a partir da tematização do conflito entre uma classe de oprimidos e uma classe de opressores. No entanto, isto só é possível na medida em que se considera a questão da desunião entre grandes e povo de forma a flexibilizá-la para além do seu caráter socioeconomicamente localizado. A fim de expor o conteúdo conflitual dos capítulos I ao III de *O Príncipe*, recorro a uma reconstituição e comparação entre as leituras de Lefort e Pocock destes capítulos, demarcando a contraposição do caráter consensual da política atribuído por Pocock a Maquiavel e o caráter inerentemente conflituoso atribuído por Lefort.

Esta estratégia é válida, pois uma das asserções comuns da virada interpretativa democrática e conflitualista é a de que os neorrepublicanos da Escola de Cambridge não compreenderam suficientemente a originalidade de Maquiavel quanto ao papel exercido pelo conflito e pelo povo na vida política. John Pocock e Quentin Skinner teriam suavizado o atrito e a descontinuidade de Maquiavel com o republicanismo do Humanismo Cívico florentino, de caráter oligárquico e comprometido com a ideia reguladora de concórdia cívica. McCormick claramente inclui-se entre estes críticos (Cf. McCormick, 2003; Id., 2018, pp. 176-206)<sup>8</sup>. Além disso, os intérpretes

8 Esta disputa quanto a interpretação da obra de Maquiavel insere-se em uma disputa entre as teorias da democracia contemporâneas. A partir da década de 1970, “estudiosos do pensamen-

conflitualistas e democráticos contemporâneos, muitas vezes, encontram uma influência frutífera da exegese feita por Claude Lefort, que, já nos anos 1970, propunha uma leitura da obra de Maquiavel que dava centralidade ao conflito e à ação popular. A referência de McCormick a Lefort, no entanto, é limitada (Cf. McCormick, 2011, pp. 190-191, nota 15; 2015a, p. 137, nota 26).

Diante disso, meu objetivo final é deixar indicada a tese de que uma apropriação mais robusta de Lefort por McCormick poderia resultar em uma compreensão mais dinâmica e complexa do conflito e da opressão entre classes a partir de Maquiavel, sem abandonar uma perspectiva sensível à questão da opressão socioeconômica. Notar a proeminência dos traços sociais e econômicos da divisão entre grandes e povo – coisa muito cara à McCormick – não precisa resultar no isolamento do marcador econômico de opressão. Na verdade, uma compreensão mais flexível das classes e seus respectivos humores em Maquiavel, enquanto afetadas por circunstâncias diversas e imbricadas, ajudaria a entender a opressão econômica em sua complexidade, enquanto entrecruzada por muitas qualificações e nuances.

Para atingir esta conclusão, o artigo se estrutura da seguinte forma. Em um primeiro momento, (1.) expomos brevemente os capítulos I ao III de *O Príncipe*, destacando como o tema da inovação é central e estruturante no início deste livro. Em um segundo momento, (2.) expomos a leitura de Pocock sobre estes capítulos, mostrando que esta leitura examina com cuidado a temática da inovação, mas assim o faz sem considerar a temática do conflito. Por fim, (3.) expomos a leitura de Lefort sobre os capítulos em questão, diferenciando-a da de Pocock por examinar, em conjunto, o tema da inovação e aquele do conflito.

### A QUESTÃO DA INOVAÇÃO EM *O Príncipe*

Para Maquiavel, a inovação política, a introdução de “novos ordenamentos e modos” (Maquiavel, 2020, p. 247), é uma dificuldade primordial a ser ponderada no estudo da política<sup>9</sup>, pois

---

to político republicano associados com a Escola de Cambridge” começam a usar “suas pesquisas históricas e teóricas em uma tentativa de informar, elevar e expandir as prática e teoria políticas contemporâneas” (Id., 2003, p.616). Eles “distinguem a tradição republicana daquela liberal-democrática” (Ibid., nota 2, p. 637) e “nos mostram o que a democracia liberal contemporânea [...] tem enquanto carências” (Ibid., p. 616) em comparação com o republicanismo. McCormick, por sua vez, disputando a leitura de Maquiavel com os neorepublicanos da Escola de Cambridge, visa disputar o valor da tradição republicana para as democracias contemporâneas. Para ele, o “republicanismo [...] só pode reforçar o que há de pior na democracia liberal contemporânea: a mão livre que as elites socioeconômicas e políticas gozam à custa da população em geral” (Ibid., pp. 616-617). Mas Maquiavel destacar-se-ia desta tradição: “concedia que as elites socioeconômicas obterão muito provavelmente a maior parte das posições de poder político, mesmo nos regimes mais inclusivos popularmente, mas ele também mostra que a população geral pode tornar as elites mais controláveis do que os simples padrões e mecanismos eleitorais que a democracia iria herdar do republicanismo” (Ibid., p. 617). Assim, a teoria de Maquiavel nos é útil no mundo contemporânea por ser “mais próxima de uma teoria igualitária democrática do que de uma republicana tradicional” (Ibid.); “mais fundamentalmente democrática do que republicana, de acordo com o presente entendimento convencional e acadêmico de ‘republicanismo’ ou de ‘democracia’” (Ibid., p. 619). Tendo em vista a disputa de McCormick com a Escola de Cambridge, um retorno à Pocock é uma estratégia válida para nossos fins no presente artigo.

9 Examinei com mais detalhes o tema da inovação nos capítulos iniciais de *O Príncipe* em minha dissertação de mestrado. Cf. VIEIRA, O. 2019. Conselhos aos príncipes novos em *O Príncipe* de Maquiavel. 167 pp. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

[...] não há coisa mais difícil de tratar, nem mais duvidosa em obter, nem mais perigosa em manejar, do que fazer-se chefe para introduzir novos ordenamentos. Porque o introdutor tem por inimigos todos aqueles que se beneficiaram dos velhos ordenamentos, e tem por defensores tíbios todos aqueles que dos novos ordenamentos se beneficiarão. Tal tibieza nasce em parte por medo dos adversários, que têm as leis do seu lado, em parte da incredulidade dos homens, os quais não acreditam na verdade das coisas novas, senão quando vêem nascida de uma firme experiência. (Ibid.)

A inovação é dificultosa porque está em conflito com a experiência. A firmeza de experiência é o prolongamento do costume, do hábito. Entender o problema da inovação, por conseguinte, implica entender a relevância do costume para o exercício político do príncipe. Efetivamente, não se pode negar que Maquiavel entende que o costume e a experiência são concepções decisivas para a vida política das comunidades humanas, bem como para o consentimento estável e pacífico aos governantes e às leis<sup>10</sup>. Isto explica o porquê de, segundo ele, a inovação – entendida como rompimento com o costume – ser pré-condicionada a ser recebida como ofensa pelos súditos (Maquiavel, 2020, p. 207). No entanto, a inovação é apresentada por Maquiavel não somente como dificuldade, mas também como uma tarefa que, muitas vezes, os príncipes “são forçados” (Ibid., p. 247) a realizar: como uma necessidade para a manutenção do seu poder. Inovar é, concomitantemente, uma dificuldade e uma necessidade.

Maquiavel entende a inovação como um fato da vida política, como uma realidade política que não pode ser negada e que deve, portanto, ser abordada criteriosamente. Verifica-se a proeminência dada por Maquiavel ao tema da inovação logo no capítulo I de *O Príncipe*, quando o autor classifica os “gêneros dos principados” de acordo com os “modos [com que] são adquiridos” (Ibid., pp. 205. Modificado). Esta classificação, de partida, destaca a relevância do tema da *aquisição* do poder, do problema da inovação, em *O Príncipe*. Neste momento, são introduzidas as “urdiduras” sobre as quais o autor pretende tecer a trama de sua reflexão quanto a “como os principados podem ser governados” (Ibid., p. 207). Portanto, a inovação é um problema abrangente e estruturante em *O Príncipe*, a partir do qual Maquiavel tece uma análise de diferentes condições específicas, nas quais inovar apresenta-se como necessidade e dificuldade.

Nos capítulos II e III de *O Príncipe*, a inovação é tematizada pela contraposição entre o príncipe hereditário e o príncipe conquistador. Este último é um novo governante, pois conquistou novos membros para seu domínio, introduzindo neles novas ordenações. Maquiavel afirma que há maiores dificuldades em se preservar *stati* conquistados do que os hereditários (Ibid.; Ibid., p. 209), pois estes são mais estáveis e facilmente mantidos, na medida em que a continuidade da linhagem de governantes garante ao príncipe a manutenção de seu poder. Este príncipe deve somente agir de acordo com os procedimentos de seus antecessores – tarefa que não lhe impõe grandes dificuldades, pois ele não precisa desviar de um caminho com o qual está familiarizado. Assim, do príncipe hereditário é exigida uma “indústria ordinária” (Ibid., p. 207) em duplo sentido: o de uma capacidade não excepcional e o de um modo de ação que visa a manutenção da ordem, dos procedimentos habituais de governo.

O que determina este caráter ordinário da indústria do príncipe hereditário é o costume de seus súditos, uma força consolidada, que, ao mesmo tempo em que estabiliza o poder do

10 Segundo Pocock, uma afirmação amplamente aceita no pensamento político com o qual Maquiavel estava em diálogo e que recebia “suporte epistemológico [...] de Aristóteles” era a de que “a experiência acumulada de muitos era algumas vezes mais confiável do que a sabedoria do filósofo” (Pocock, 1972, p. 157). Segundo a interpretação deste historiador, na “linguagem política [...] disponível” (Ibid., p. 154) para Maquiavel no início do século XVI, o costume – a *firme experiência* – era a via confiável para o estabelecimento e a coesão da comunidade política, de suas instituições e leis. A avaliação de Lefort é muito semelhante a este respeito (Cf. Lefort, 1972, pp. 349-350)

príncipe, cria resistências à introdução de novas ordenações e a conquistas estrangeiras. Porém, indústria ordinária não deve ser confundida com ausência de indústria. O príncipe hereditário está constricto à necessidade da reprodução dos modos e ordenações ancestrais que recebera. Maquiavel salienta os perigos de quando o príncipe hereditário desvia do comportamento habitual, da indústria ordinária: acarreta o “ódio” dos súditos (Ibid.). Assim, a inovação é mais que *não necessária* nos principados hereditários, é vetada pelo preceito da *necessidade de não inovar*, de sorte que a inovação deve conter-se estritamente em “contemporizar com os acidentes” (Ibid.). O autor não isenta, portanto, o príncipe hereditário e sua indústria ordinária das necessidades relativas à inovação. Neste caso, uma necessidade negativa ou impeditiva, a de não inovar. Se os príncipes hereditários têm “menores dificuldades para manter” (Ibid., tradução alterada) seus principados, todavia, não estão livres de eventuais e extraordinários obstáculos, estando os herdeiros do poder também submetidos às necessidades das contingências.

É notável a concisão da reflexão de Maquiavel sobre o príncipe hereditário. O que determina esta concisão é o problema da inovação – em que medida ela é uma necessidade e uma dificuldade para o príncipe. As dificuldades são supérfluas no caso do príncipe hereditário; e as necessidades exigem dele uma mera indústria ordinária. E, no entanto, o príncipe hereditário não é excluído de *O Príncipe*. Isto mostra que a questão quanto às necessidades e dificuldades da inovação é abrangente no livro, podendo ser direcionada também aos príncipes hereditários. “Todavia”, Maquiavel inicia o capítulo III com esta conjunção adversativa, “é no principado novo que residem as dificuldades” (Ibid., p. 209), pois se introduz a necessidade da inovação no lugar da necessidade da habitual reprodução de antigos modos. O capítulo III é muito mais extenso que o anterior. Para o conquistador, continua válido o alerta feito ao príncipe hereditário quanto à dificuldade da inovação. Porém, este alerta está em tensão com a necessidade de se inovar para realizar a conquista. Neste sentido, a indústria exigida do conquistador não é nada ordinária. Ele precisa inovar para se estabelecer, mas mitigar, disfarçar e gerir esta inovação para que não se torne dificultosa ao ponto de o fazer perder seu frágil poder recentemente estabelecido.

### A INTERPRETAÇÃO DE POCOCK

Pocock vê *O Príncipe* enquanto um “estudo analítico da inovação e suas consequências” (Pocock, 2003, p. 156). Para ele, uma classificação que tem por princípio de organização a inovação é exposta na abertura do livro e desenvolvida em seus principais capítulos (ao menos, até o capítulo IX). O problema da fortuna é central nesta análise. Na medida em que a inovação é um “ato incontrolado que tem consequências incontroladas no tempo”, ela torna o inovador vulnerável à fortuna, que “simboliza a contingência pura, incontrolada e ilegítima” (Ibid.). Assim, o que *O Príncipe* estaria expondo é “uma tipologia de inovadores e suas relações com a *fortuna*” (Ibid., p. 158). O autor de *The Machiavellian Moment* identifica a originalidade e a relevância da obra de 1513 em pensar a política “como arte de lidar com o evento contingente” a partir do problema da “*fortuna* enquanto a força que dirige estes eventos” (Ibid., p. 156).

Dentro do escopo da investigação das possibilidades de conhecimento e ação sobre “o particular” à disposição da mentalidade política do Renascimento e da Idade Média, Pocock pretendeu conduzir “uma abordagem formal e analítica de *O Príncipe*”, mas reconhece que este livro “não é um tratado formal ou analítico” (Ibid., p. 157). A exegese proposta por este historiador restringe-se a uma metodologia de “modelos heurísticos” (Ibid., p. 158), que, apesar de reconhecer que “*O Príncipe* não assume a forma de uma exatidão sistemática das categorias”, identifica nele “padrões discerníveis”, dos quais “a análise da inovação” é um deles (ibid., p. 163). Aspectos da obra de Maquiavel que estão fora deste escopo não são abordados.

Na tipologia de inovadores e suas relações de vulnerabilidade diante da fortuna proposta por Pocock, o príncipe hereditário é o caso no qual a vulnerabilidade era mínima (Ibid., p. 162). Este governante “goza de legitimidade tradicional”, ou ainda, “é legitimado pelo costume e pela tradição” (Ibid., p. 158). Neste sentido, segundo Pocock, Maquiavel estaria inserido “ainda no mundo conceitual da política medieval”, pois ele está partindo da concepção de que é “impossível conceber legitimidade sem tradição e antigo uso” (Ibid., p. 159). Assim, a monarquia hereditária é apresentada “enquanto uma comunidade unida por um corpo de costumes comuns”, uma “estrutura de tradição”, que “inclui aliança a uma certa linhagem” (Ibid., p. 163). A noção de *príncipe naturale*, de acordo com Pocock, “mais bem traduzida como ‘hereditário e legítimo’” (Id., 1972, p. 168), implicaria que a obediência aos membros da família que se manteve por muito tempo no poder “tornou-se parte da ‘segunda natureza’ herdada pelo povo” (Id., 2003, p. 161).

Na leitura de Pocock, quando Maquiavel aborda sumariamente o caso do príncipe hereditário e direciona seus esforços para entender o caso do príncipe novo, o florentino está começando a sair da política medieval, pois está “preparado para examinar a natureza do comando onde falta legitimidade” (Ibid., p. 159). Portanto, o que ocorreria é que Maquiavel aceitava a concepção tradicional das legitimidade e maior estabilidade do príncipe hereditário<sup>11</sup>, bem como a justificativa para tanto – o costume, na mentalidade medieval, como um dos principais “meios disponíveis [...] para tornar ações políticas viáveis e estruturas políticas estáveis no tempo” (Pocock, 1972, p. 156). Entretanto, o secretário florentino conseguia ver uma alternativa para a ação política e para manutenção do poder fora da estrutura do costume, fora da legitimidade tradicional: “sua grande originalidade é a de um estudante da política deslegitimada” (Id., 2003, p. 163). *O Príncipe* é um livro sobre a política do príncipe novo, para quem “faltava legitimidade” (Ibid., p. 159). Ainda que esteja “esforçando-se para conquistar a estabilidade” do príncipe hereditário, o príncipe novo não pode, como este, agir meramente “permitindo que o tempo passe” (Ibid., 161).

A ação política dos inovadores é a temática, o tópico, de *O Príncipe*, segundo Pocock. Ele busca deixar claro que “*Il Principe* não é um manual para o uso dos reis [...] ou um tratado sobre a ‘monarquia absoluta’” (Ibid., p. 159). Mesmo que o príncipe novo tenha como horizonte o hereditário, ele age em um nível ou uma ordem alternativas da ação política – a da ação dos inovadores – até que atinja a estabilidade e a legitimidade com o passar do tempo. Para ele, há um escopo bem delimitado traçado para a obra de 1513. Este escopo justificaria tanto a brevidade do segundo capítulo quanto o peculiar exemplo que nele aparece, o do duque de Ferrara, cujos antecessores eram “meros usurpadores bem-sucedidos que mantiveram-se através de gerações suficientes para que a inovação original fosse esquecida” (Ibid.). Sabe-se que Maquiavel “estava familiarizado quanto às características” de um “sistema legitimado [...] a partir de suas observações sobre a monarquia francesa”, que “tinha mais a legitimar do que somente o antigo uso” (Ibid.). Entretanto, “ainda assim, mesmo os Duques [de Ferrara] são postos antiteticamente em relação ao ‘novo príncipe’” (Ibid.). Este exemplo inicial marcaria o registro alternativo da ação política em *O Príncipe*, voltado ao inovador e distanciado da ordem do costume.

Portanto, para Pocock, *O Príncipe* é um estudo sobre a política deslegitimada dos novos príncipes. Seu escopo é deslocado em relação àquele da tradição cristã medieval, que privilegiava o governante hereditário. De todo modo, não se trataria de uma ruptura radical de Maquiavel com a tradição do pensamento político que o antecedeu. Antes, é um exame sobre o poder fora das condições ‘normais’ de legitimação tais como estabelecidas pela tradição, e válido para estas

11 Newton Bignotto entende que, para Pocock, “as inovações”, em Maquiavel, “são vistas [...] como o avesso da verdadeira política” e, “se elas atraem o olhar do teórico, é porque nos ajudam a refazer a genealogia das formas estáveis, mostrando que, lá onde os costumes governam, os homens resistem melhor aos ataques virulentos do tempo.” (Bignotto, 1991, p. 123).

condições específicas. A visada do príncipe novo segue sendo manter-se no poder até atingir uma estabilidade e uma legitimidade definitivas, que somente a experiência e o passar do tempo podem proporcionar. Até lá, os conselhos de *O Príncipe* podem ajudar o novo governante. Para tanto, a ação aconselhada ao príncipe novo deve estar fora “da norma definida pelo caso do *príncipe naturale*” (Ibid., p. 161). A temporização, recomendada ao príncipe hereditário, “era a menos apropriada das estratégias” para o príncipe novo, que estava posto “em uma situação não pré-estabilizada, na qual ninguém sabia o que o tempo poderia trazer” (Ibid.).

Como explica Pocock, a “inovação, o destronamento de um sistema estabelecido, abre as portas para a fortuna”, pois a inovação vai contra o uso e o “uso é a única alternativa em relação à fortuna” (Ibid., p. 160). Enquanto estudante da política deslegitimada dos novos príncipes, Maquiavel “procedia sob a presunção de que situações dominadas pela fortuna não eram uniformemente caóticas” (Ibid., p. 161). Assim, o “comportamento em tais situações é parcialmente previsível, de modo que estratégias para agir nelas podem ser pensadas” (Ibid., p. 163). Uma das razões pelas quais se pode pensar a ação nas condições de inovação seria a constatação de que “estruturas de comportamento costumeiro sobrevivem à aquisição do território” (Ibid.). Com isso, pode-se pensar sobre como “a destruição de sistemas legitimados que existiam previamente”, que “podem variar”, faz variar “a reação dos novos súditos [...] em relação a sua perda” (Ibid., p. 161), e como esta reação “afetará o poder e a autoridade do príncipe” (Ibid., p. 163).

Segundo Pocock, os capítulos III a V de *O Príncipe*, dedicados à inovação dos conquistadores, discutem estas questões, investigando a “relação entre o poder do novo príncipe e a estrutura de costume da sociedade sobre a qual conquistou este poder” (Ibid., p. 162). O exame desta relação permite com que se consiga graduar a dificuldade a ser enfrentada pelo conquistador, bem como delimitar planos de ação. Neste sentido, o conquistador que adquire *stati* com os mesmos língua, leis e costumes que os seus terá mais facilidade para manter suas conquistas do que se estes elementos fossem divergentes.

A primeira recomendação de Maquiavel, no caso desta divergência, é o príncipe ir habitar o território conquistado. Pocock levanta a suposição de que esta medida “implica a aculturação dos usos de seus novos súditos”, mas reconhece que, explicitamente, “Maquiavel não nos diz [...] isto” (Ibid., p. 164). Esta suposição, de todo modo, ilumina o ponto central da interpretação de Pocock: o sistema de costume legitimador precipitado do antigo regime é o principal obstáculo ao poder do novo governante. No entanto, segundo Pocock, Maquiavel não desenvolve com profundidade este tópico no capítulo III de *O Príncipe*. Sua ênfase estaria, neste momento, na “análise estratégica do mundo deslegitimado dos conquistadores de poder” (Ibid., p. 165). Uma análise estratégica, pois a “necessidade primária do comportamento estratégico é a ação. A alternativa à ação é a delongação e a temporização, e [...] é impossível temporizar, porque não há suposições seguras sobre o que o tempo trará” (Ibid., p. 166).

Além da prontidão para a ação, outro aspecto essencial do comportamento e da análise estratégicas exigidos para a conquista é a “ciência do comportamento dos atores definida pelo poder que eles têm” (Ibid.). Fora das “estruturas de legitimidade habitual”, o conquistador habita “um mundo hobbesiano no qual os homens buscam seus fins a despeito de qualquer estrutura de lei [...]; e aquilo com o qual buscam seus fins é poder, então definido de modo que o poder de cada homem constitui uma ameaça aos outros” (Ibid., p. 165). A questão mais proeminente neste cálculo do poder é a força militar – a decisão de quando e contra quem fazer a guerra. Neste sentido, Pocock entende que “o mundo estratégico habitado pelo príncipe enquanto conquistador de poder é mais bem entendido nos termos de suas relações com outros príncipes” (Ibid., p. 166). No entanto, o historiador das ideias afirma que, no que diz respeito às relações internas, “nas relações entre indivíduos vistos como compondo [...] sociedades políticas separadas [...],

‘estratégico’ não é uma palavra compreensiva o suficiente” (Ibid.). Há aspectos morais e psicológicos que devem ser pensados para além da estratégia quando se pensa as relações internas. Para Pocock, Maquiavel adentra nestes aspectos a partir do capítulo VI de *O Príncipe*.

### A INTERPRETAÇÃO DE LEFORT

Lefort aborda a trama de *O Príncipe* sublinhando que seu “verdadeiro tema” e sua “verdadeira matéria” (Lefort, 1972, p. 328), assim como sua “progressão [*démarche*] sinuosa” (Ibid., p. 344), são fontes de dificuldades não passíveis de serem resolvidas por um escopo exteriormente imposto ao texto. Ocorre que “as primeiras definições maquiavelianas, apesar de sua concisão e do aparente rigor de sua articulação, cobrem uma matéria confusa” (Ibid., p. 333) e “não asseguram à obra sua coerência” (Ibid., p. 338). De fato, pode-se discernir, nos onze primeiros capítulos, a abordagem das distinções estabelecidas no início do livro. Esta abordagem, em um primeiro momento, corresponde à expectativa gerada pelas suas categorias iniciais: Maquiavel está partindo do caso do príncipe hereditário e se direcionando ao caso do príncipe novo, pois “vai do mais fácil ao mais difícil” (Ibid., p. 334). No entanto, ao longo do percurso argumentativo, “a relação entre o discurso de fato e o plano manifesto se mostra sempre mais frouxo” (Ibid.), pois o leitor é constantemente surpreendido por novos temas, exemplos e referências, por digressões e reconsiderações. Para Lefort, “a digressão, a insinuação, a elisão, o jogo da dupla verdade embaralham o argumento e sugerem que um discurso mais profundo o duplica” (Ibid., p. 338). Isto a tal ponto que se abre a possibilidade de “questionar-se se a *fundação do Estado* constitui seu único ou seu verdadeiro tema” (Ibid., p. 337, meu itálico).

Diante disso, o francês adota uma resolução metodológica bem distinta daquela heurística de Pocock. Lefort não elege a inovação, a conquista e fundação do *stato*, como tema do livro, apesar das aparências iniciais. Antes, consente “em se surpreender com o caminho no qual o escritor se engaja”, a fim de “descobrir o sentido do que aparece como ordem e como desordem” (Ibid., p. 328). Ele renuncia “à ideia de que o capítulo de introdução contém um plano” e procura o sentido de *O Príncipe*, “ao mesmo tempo, na linha do que é indicado e [...] na região ainda indeterminada que ela somente delinea” (Ibid. p. 340). Com isso, revelam-se novos contornos e caminhos dentro da obra, que foram, propositalmente, segundo Lefort, dissimulados por Maquiavel. Para o francês, o “duplo jogo da escritura” é um artifício do florentino: seu pensamento se ordena “seguindo diversos planos” (Ibid., 345).

A preocupação de Lefort em seguir a progressão (*démarche*) sinuosa de *O Príncipe*, vendo nela o entrelaçamento de vários planos temáticos, é o que lhe permite identificar, nesta obra, uma visão das relações políticas enquanto essencialmente conflituosas. O conflito é identificado por Lefort como compondo o discurso de Maquiavel já nos capítulos II e III da obra de 1513. Isto é, antes mesmo do capítulo IX, no qual o conflito é tematizado a partir da desunião entre o povo e os grandes. Lefort nos faz ver que o problema da inovação, explicitamente ordenando o discurso de *O Príncipe* desde seu princípio, é subterraneamente acompanhado por uma reflexão sobre o conflito. Reflexão esta que despontaria, explicitamente, no capítulo IX. A leitura de Lefort, neste aspecto, é muito diferente da de Pocock. Este último limita seu escopo de análise à relação entre inovadores, contingência e fortuna como questão a ser examinada em *O Príncipe*, ignorando o capítulo IX<sup>12</sup>.

12 Nota-se que as interpretações de Pocock e Lefort opõem-se não só por atribuírem inerentemente o conflito ou o consenso à concepção maquiaveliana de política, mas também à concepção do que é o fazer teoria política de Maquiavel. O que permite que Pocock possa delimitar-se em um escopo temático e ignorar aquilo que lhe escapa é a suposição de que a obra de 1513 possa não ser formal e analítica em si mesma, mas que também não carregue conflitos no interior da “variedade da matéria” tratada

Lefort, assim como Pocock, não pensa ser coincidência que, não o rei da França, mas os duques de Ferrara tenham sido o exemplo de principado hereditário no capítulo II de *O Príncipe*. Como Pocock, Lefort entende que o exemplo dos duques indica que “o príncipe hereditário fornece somente uma referência, que ele serve somente para se medir a distância a ser tomada em relação à opinião comum” (Ibid., p. 351). Entretanto, esta distância tem, para Lefort, um sentido mais fundamental. Não se trata de um deslocamento de escopo, de um discurso especializado sobre uma ordem alternativa da ação política, como era para Pocock. Ainda que Maquiavel discuta primeiro o caso do principado hereditário, “por crer que ele imponha o problema menos difícil de se resolver”, e que a “brevidade” de seu tratamento pareça “testemunhar o pouco interesse que ele lhe dá” (Ibid., p. 349), o exame do principado hereditário cumpre uma função importante e integrada no livro. Lefort não se furta a investigar com cuidado o seguinte questionamento: “se Maquiavel quer discutir somente problemas no tocante à tomada do poder, seria somente por questão de completude que ele menciona, no início, o principado hereditário para opô-lo aos diversos tipos de principados novos?” (Ibid., pp. 332-333)

No segundo capítulo de *O Príncipe*, segundo Lefort, Maquiavel estaria colocando o caso dos príncipes hereditários, “que os pensadores políticos, na Idade Média, privilegiavam”, agora “sob uma nova luz”, que “mina a opinião comum” (Ibid., p. 349). Nele, encontra-se a confirmação de que o florentino “empreende, desde o início de *O Príncipe*, afastar seu leitor de uma imagem tradicional do Estado” (Ibid.). Afastamento não meramente perspectivo, voltado a uma *outra* ordem da ação política, mas geral. Na opinião comum medieval, “o príncipe hereditário é, efetivamente, aquele cuja autoridade é considerada como legítima e que chega ao poder por meios pacíficos” (Ibid.). Quando Maquiavel qualifica o príncipe hereditário como *natural*, ele faz referência ao termo que “correspondia, na origem, a uma concepção precisa de monarquia. Natural [...] uma vez que está inscrita no costume, pois o costume é, na concepção tomista, uma segunda natureza” (Ibid., pp. 349-350). Entretanto, adverte Lefort, “estas indicações não fazem mais que melhor preparar o terreno para uma inversão de perspectiva” (Ibid., p. 350).

No breve tratamento despendido por Maquiavel ao príncipe hereditário, vemos este personagem tradicional sob uma nova perspectiva, pois o príncipe natural goza de estabilidade, na realidade, porque “na antiguidade e continuação do domínio são extintas a memória e os motivos das inovações” (Maquiavel, 2020, p. 207). A estabilidade do príncipe hereditário não se deve, portanto, a “um regime que é conforme à natureza” no sentido medieval (Lefort, 1972, p. 350). Lefort dá um valor mais definitivo que Pocock para a redução operada por Maquiavel da *legitimidade* do príncipe hereditário à *antiguidade* de seu domínio. Esta redução significa que o poder do príncipe hereditário não está fundado, primariamente, sobre a legitimidade tradicional, mas sobre “um costume à opressão: a permanência do dominador enfraquece a resistência dos dominados” (Ibid.). Assim, “verifica-se que a estabilidade deve ser pensada em função de uma instabilidade e de uma violência primeiras e que o ‘príncipe antigo’ tem somente o privilégio de explorar os sucessos ganhos anteriormente na luta por um ‘príncipe novo’” (Ibid., pp. 350-351). Portanto, a diferença entre príncipe hereditário e príncipe novo não é “substancial, mas uma diferença de gradação” (Ibid., p. 351).

Esta diferença de gradação permite estabelecer o príncipe hereditário em uma posição ambígua. Sua estabilidade e sua segurança são simultaneamente afirmadas e questionadas em

---

(Maquiavel, 2020, p. 203). O especial cuidado de Lefort, por sua vez, com a progressão sinuosa do livro parte do princípio justamente oposto. Sua leitura abre espaço para que, em *O Príncipe*, “a conversão de uma experiência em objeto de conhecimento” engendre “sua própria crítica”, e para que “a abordagem do real” requeira, simultaneamente, a “determinação crescente dos fenômenos” e a exposição de sua “indeterminação fundamental” (Lefort, 1972, p. 345). Assim como o conflito é inerente à política, as ambiguidades, as antinomias e os paradoxos são inerentes à teoria política de Maquiavel, segundo Lefort.

O *Príncipe*, segundo Lefort. Considerando a “disposição de espírito” apresentada no capítulo III, segundo o qual os homens mudam de senhor de bom grado, crendo que irão melhorar suas condições (Maquiavel, 2020, p. 209), põe-se em dúvida se “o tempo trabalha necessariamente para a conservação do príncipe hereditário” (Lefort, 1972, p. 352). Com isso, ainda que permaneça

válida a distinção entre príncipe antigo e príncipe novo, entre a ordem do costume e a ordem da inovação, [...] ela não pode ser compreendida em referência a uma ideia clássica da natureza [...] induz antes a imaginar o campo da política como um campo de forças no qual o poder deve encontrar as condições de um equilíbrio (Ibid.).

A política enquanto campo de forças é a nova perspectiva sob a qual são examinados os principados hereditários. É uma perspectiva abrangente (e não alternativa, como queria Pocock), pois as mesmas leis que regem o poder dos príncipes hereditários regem o dos príncipes novos neste campo de forças. A partir dela, o poder hereditário não é negado como o mais estável, mas esta estabilidade é explicada por vias diferentes das tradicionais. Assim, podemos notar que a ambiguidade apontada por Lefort quanto à segurança do príncipe hereditário abre as portas para pensar a comunidade política – mesmo as fundadas sobre antigas e tradicionais bases de legitimação – enquanto sempre conflituosas, enquanto campo de forças, mais ou menos estabilizado.

Lefort, assim como Pocock, vê limitação na compreensão da política do príncipe conquistador enquanto somente “análoga àquela de um capitão que, tendo ocupado sobre o terreno a posição cobiçada, esforça-se para frustrar as iniciativas dos inimigos decididos a lhe repreender” (Ibid., pp. 352-353). Ele concede que esta analogia é, certamente, muito precisa. Afinal, “os protagonistas [...] são reduzidos à função de agentes abstratos, aliados ou adversários possíveis do príncipe” (Ibid., p. 353). Entretanto, ela é limitada, pois “não é suficiente que aquele que conquistou o poder domine seus adversários pela violência” (Ibid.). A estratégia da guerra não traduz integralmente o fenômeno da ação do conquistador. Não obstante, diferentemente de Pocock, Lefort não entende que os aspectos que ultrapassam os limites da ação estratégica ligada à guerra não sejam desenvolvidos no capítulo III de *O Príncipe*. Nem entende que haja neste capítulo uma preponderância dos termos da política externa em detrimento da análise das relações internas do *stato*.

Para entender estas diferenças, é preciso estar atento à compreensão da política enquanto campo de forças que Lefort atribui a Maquiavel. O conquistador precisa “se inscrever o mais rapidamente possível no sistema de forças [...] cujas perturbações tendem a prolongar-se às suas custas” (Ibid., p. 352). A noção de um campo ou sistema de forças, que é desequilibrado pela entrada do conquistador, é uma imagem muito diferente daquela apresentada por Pocock. Não se fala aqui de uma estrutura de legitimação tradicional que, depois da conquista, ou permanece e é impenetravelmente avessa ao conquistador; ou é desfeita e desvela um estado semelhante ao de natureza hobbesiano. Distante do ‘monobloco’ do costume, a proposta do campo de forças revela a “complexidade do jogo político” (Ibid., p. 353). Esta complexidade já está presente no terceiro capítulo da obra de 1513. Lefort concede que “a política”, para Maquiavel, “é uma forma de guerra”, mas

essa guerra obedece a imperativos particulares: não enfatiza a pura violência, e o príncipe não triunfa pelo simples fato de que é o mais forte, pois ele precisa manter-se, durar, coexistir com aqueles que domina, impor dia após dia sua autoridade, conter dia após dia as desordens nascentes (Ibid.).

A política análoga à do capitão armado não sustenta, sozinha, os imperativos da conquista. Assim como Pocock, Lefort vê que a mera ‘estratégia militar’, no sentido do cálculo e comparação da força física, não é abrangente o suficiente para descrever a ação do príncipe novo. Há aspectos psicológicos e relativos ao julgamento moral envolvidos na conquista não compreendidos nesta descrição. No entanto, Lefort já identifica no terceiro capítulo de *O Príncipe* os aspectos da ação do conquistador que ultrapassam o mero cálculo da força. Nele, para o francês, aprendemos que tanto “vencer pela força” quanto “fazer reconhecer esta força” (Ibid., p. 354) são exigências da conquista. Isto é, a conquista (e, na verdade, a própria força) tem uma dimensão de reconhecimento, uma dimensão simbólica. Esta dimensão simbólica, quando bem manejada, auxilia na ramificação do poder do conquistador. Ela potencializa o efeito da força com a imagem do terror, e traz aliados devido à esperança de proteção.

Não obstante, a dimensão simbólica da conquista não é (ao menos, não primordialmente) um processo de ‘aculturação’, como suporia Pocock. A conquista não é a modificação ou aniquilação de todo um sistema de legitimação tradicional fixo e remanescente, mas a entrada em e a modificação de um campo de forças instável. A dimensão simbólica só faz sentido, tal como é pensada por Lefort, “em se afirmando a permanência do conflito” (Ibid., p. 357). Deve-se considerar que o costume de que fala Maquiavel, que liga um príncipe ao seu *stato*, é, para uma parte dos governados, um costume à opressão; e que o amor dos súditos não passa do enfraquecimento da resistência - sempre presente - diante da dominação (Ibid., p. 352). E, então, pode-se entender o importante papel simbólico da recomendação de se mandar colônias para os territórios conquistados. Não é uma questão somente de evitar as despesas materiais, físicas e emocionais de se manter gente armada. Com as colônias, constrói-se uma nova relação de forças. Ao utilizá-las, o príncipe deve estar ciente de que “os homens devem ser ou acalentados ou eliminados” (Maquiavel, 2020, p. 215). Comentando esta afirmação, Lefort explica que “devemos entender que os dois termos da alternativa são, de acordo com os casos, igualmente aplicáveis: na verdade, deve-se eliminar uns e acalentar outros” (Lefort, 1972, p. 354). A decisão de quem acalentar e quem eliminar gera uma nova dinâmica de forças. O conquistador prudente sabe manejar a geração desta nova dinâmica.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo reconstitui e comparei as interpretações de Pocock e Lefort dos capítulos iniciais de *O Príncipe*, nos quais a inovação é examinada. Destaquei que a diferença fundamental entre estas duas interpretações é o papel dado ao conflito nas relações políticas. Pocock pensa a política em Maquiavel como essencialmente consensual. Assim, ele explica a facilidade do príncipe hereditário em manter seu poder e, inversamente, a dificuldade do príncipe conquistador em novos territórios, a partir da noção de que a comunidade humana a ser governada constitui uma estrutura consolidada de costumes. Neste sentido, estou de acordo com McCormick quando ele classifica a interpretação de Pocock como um tipo de “existencialismo republicano” no qual

o tema da “finitude temporal” de uma república, o fato de que ela era “finita e localizada no espaço e no tempo”, sobrepõe o reconhecimento do autor de uma importante fonte de finitude, o conflito de classes, e o franco reconhecimento dos meios institucionais geralmente adotados para lidar com ele (McCormick, 2003, p. 620).

Efetivamente, o problema da contingência, da ação política diante da fortuna, é, para Pocock, a grande inovação e o grande tema de Maquiavel. E o ‘existencialismo’ de Pocock é consensual e anti-conflitivo, pois sobrepõe e ofusca a questão do conflito de classes, não fornecendo

uma leitura adequada para compreender a política enquanto conflituosa. No entanto, como já exposto na introdução do presente artigo, McCormick, em função de sua concepção reducionista do conflito como exclusivamente economicamente determinado, por sua vez, sobrepõe e ofusca o tema fundamental da inovação em *O Príncipe*. Tema este sobre o qual o ‘existencialismo’ de Pocock consegue discorrer. Diante deste impasse, McCormick poderia se beneficiar da solução dada por Lefort.

Como vimos ao longo do desenvolvimento do presente artigo, o francês aponta para a desnaturalização e a ambiguidade da afirmação da segurança do príncipe hereditário no capítulo II de *O Príncipe*, e explica que a conquista, no capítulo III, deve ser entendida nos termos da modificação de um campo de forças a partir da entrada de um novo agente. Esta interpretação decorre de que, para Maquiavel, segundo Lefort, a política é sempre e inerentemente conflituosa. O jogo da dupla verdade e a multiplicidade de planos atribuídas a *O Príncipe* por Lefort permite a este autor identificar o conflito como tema constante, ainda que implicitamente, no livro de 1513. Com isso, o francês consegue traçar um plano subterrâneo da tematização do conflito que emerge explicitamente no capítulo IX, quando a desunião entre o povo e os grandes é expressamente tratada. Quanto a constatação maquiaveliana do conflito entre o povo e os grandes, Lefort comenta o seguinte: “somos colocados na presença de um julgamento de um alcance universal que resume o ensinamento prudentemente insinuado nos capítulos precedentes, ao mesmo tempo que o completa” (Lefort, 1972, p. 381, meu itálico). Até o nono capítulo de *O Príncipe*, Maquiavel conduziu seu leitor “a situar a ação do príncipe no meio social no qual ela adquire sua significação específica” (Ibid., 380-381), no entanto, “deste meio Maquiavel falou até então somente em termos vagos” (Ibid., 381).

Para Lefort, que o conflito possa ser tratado em termos vagos significa que pode ultrapassar o campo limitado da política interna e dos grupos socioeconomicamente determinados, ainda que ganhe seu coroamento explícito no capítulo IX com a nomeação dos grandes e do povo. Afinal, nos capítulos antecedentes, uma variedade de relações das mais distintas, internas e externas, é apresentada. E é justamente em um sentido flexível que Lefort compreende o embate entre os humores do povo e dos grandes:

É, antes, de uma oposição constitutiva do político que se deve falar, e irreduzível à primeira vista, não de uma distinção de fato, pois o que faz que os Grandes sejam os Grandes e que o povo seja o povo não é que tenham por fortuna, por seus costumes, ou sua função um estatuto distinto associado a interesses específicos e divergentes; é, Maquiavel diz expressamente, que uns desejam comandar e oprimir, e os outros de não o serem. Sua existência só se determina nesta relação essencial, no choque de dois “apetites”, por princípio igualmente insaciáveis. (Ibid., 382)

Isto é, para Lefort, não é a classe que determina o humor, mas o humor que determina a classe. Trata-se de uma oposição constitutiva do político, não especificamente socioeconômica. O que vai se desenhando ao longo dos primeiros capítulos de *O Príncipe* é o conflito entre opressão e resistência, entre humor de dominar e humor de não ser dominado em variados termos, em variadas conjunturas.

É preciso ter em mente que a exegese lefortiana de Maquiavel está a serviço da filosofia política do próprio Lefort, visando problemas e discussões contemporâneas ao francês. E, como explica Barthas, “a tendência era então a de promover a separação entre os conflitos de ordem política e aqueles de ordem econômica e, assim, converter inquietantes reivindicações de tipo econômico em reivindicações pluralistas relativas a ‘valores’, ‘comportamentos’ e ‘desejos’” (Barthas, 2015, p. 553). Para McCormick esta não parece ser uma perspectiva interessante a ser

inteiramente adotada. Sua interpretação busca justamente ressaltar as fontes materiais e econômicas dos humores das classes, que não podem ser explicados meramente por fatores morais (cf. McCormick, 2011a, p. 4). Para o ele, ao contrário de Lefort, parece ser a classe (em sentido econômico) que determina humor. Isto é, são as circunstâncias econômicas que geram um determinado desejo; e não o desejo que posiciona o agente em uma classe (em sentido político).

Entretanto, ainda assim penso que a leitura de Lefort pode contribuir com o projeto de McCormick, pois este, de certo modo, isola o fator econômico como determinante para a formação do humor. Com isso, restringe sua leitura, não permitindo que ela acesse certos momentos da obra de Maquiavel com uma perspectiva conflitualista, como no caso dos capítulos I ao III de *O Príncipe*<sup>13</sup>. Para que se resolva este déficit, não seria necessário assumir a perspectiva lefortiana do desejo político como “irreduzível aos apetites de potência, de riqueza e de honras”; a de um desejo para o qual, “na medida em que porta a recusa do comando e da opressão, [...] nenhum objeto fornece a medida” e que ancora o sujeito “em uma reivindicação ilimitada” (Lefort, 1972, pp. 722-723). Não seria necessário um comprometimento tão enfático com a indeterminação dos desejos políticos como é o de Lefort, podendo as opressões e reivindicações ser materialmente identificáveis em contextos concretos. No entanto, as bases materiais e os contextos de opressão e resistência do humor político são complexos e imbricados. O fator puramente econômico não pode explicá-los completamente. A própria análise do fator econômico enquanto gerador de conflitos fica prejudicada caso não se reconheça sua relação complexa com outros fatores.

## Bibliografia

ABENSOUR, M. 1997. *La Démocratie contre l'État* – Marx et le moment machiavélien. Paris: PUF.

ADVERSE, H. 2007. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 30 n. 2, pp. 33-52. doi:10.1590/S0101-31732007000200004

ADVERSE, H. 2010. Introdução ao *Diálogo sobre nossa língua*. In: N. Maquiavel, *Diálogo sobre nossa língua e Discursos sobre as formas de governar de Florença*. Trad. H. Adverse e G. Pancera. Belo Horizonte: Editora da UFMG

13 Se consideramos um outro texto, *Diálogo sobre nossa língua*, veríamos o conflito entre dominação e resistência enquanto inerente ao político operando também para tratar o tema da língua. É como Helton Adverse, por exemplo, mostra entender este texto em sua introdução para a tradução brasileira. A crítica de Maquiavel à Dante quanto à “constituição de uma língua italiana [...] artificial” (Adverse, 2010, p. 13), é primordialmente política, para o estudioso. Partindo dos termos da clássica articulação aristotélica entre “homem, linguagem e cidade” (Ibid., p. 15), Maquiavel defende que a língua “não pode ser desvinculada de seu lugar de origem, ou seja, da vida social e política” (Ibid., p. 16). Na língua “se cristalizam as relações sociais e políticas” (Ibid., p. 18), o que permite ao autor de *O Príncipe* restituir “à linguagem sua dimensão *propriamente* política e histórica” (Ibid. p. 19). Considerando a política para Maquiavel enquanto inerentemente conflitiva, temos como resultado da imbricação entre política e linguagem uma definição desta segunda “como sendo essencialmente dinâmica, mutável e permeável” (Ibid., p. 17). A correspondência entre “corpo político” e “sua língua” significa que “as disputas políticas são travadas [...] também no terreno da linguagem” (Ibid., p. 18), um “espaço aberto, sujeito às mesmas relações de força que estruturam a vida política” (Ibid. p. 19). Há uma “tensão interior à linguagem” advinda de sua dimensão política, pois “se ela é o lugar onde a dominação se resolve é também o lugar de resistência à dominação” (Ibid.). Vemos operar nela os mesmos “termos agônicos” (Ibid.) da política: “luta e consenso, dominação e persuasão, *agon* e *peithos*” (Ibid. p. 20)”.

- BARTHAS, J. 2015. Machiavelli e l'istituzione del conflitto. *Rivista Storica Italiana*, Napoli, v. 127 n.2, pp. 552-566
- BIGNOTTO, N. 1991. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola.
- GAILLE-NIKODIMOV, M. 2004. *Conflit civil et liberté: La politique machiavélique entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion
- LEFORT, C. 1972. *Le travail de l'oeuvre: Machiavel*. Paris: Gallimard
- LITVIN, B. 2019. Mapping the rule and subversion: perspective and democratic turn in Machiavelli scholarship. *European Journal of Political Theory*, v. 18 n.1, pp. 3-25, doi : 10.1177/1474885115599894
- DEL LUCCHESI, F. 2015. *The political philosophy of Niccolò Machiavelli*. Edinburgh: Edinburgh University Press
- MAQUIAVEL, N. 2007. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes
- MAQUIAVEL, N. 2010. *Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte: Editora da UFMG
- MAQUIAVEL, N. 2020. *O príncipe*. Ed. Bilíngue. São Paulo: Hedra
- MCCORMICK, J. P. 2003. Machiavelli against republicanism on Cambridge School's "Guicciardinian Moments". *Political Theory*, v. 31 n.5, pp. 615-643, DOI:10.1177/0090591703252159
- MCCORMICK, J. P. 2011a. *Machiavellian democracy*. Cambridge: Cambridge University Press
- MCCORMICK, J. P. 2011b. Prophetic Statebuilding: Machiavelli and the Passion of the Duke. *Representations*, v. 115 n.1, pp. 1-19, doi:10.1525/rep.2011.115.1.1
- MCCORMICK, J. P. 2014. The Enduring Ambiguity of Machiavellian Virtue: Cruelty, Crime, and Christianity in The Prince. *Social Research*, v. 81 n. 1, pp. 133-164, DOI:10.1353/sor.2014.0001
- MCCORMICK, J. P. 2015a. Machiavelli's Agathocles: From Criminal Example to Princely *Exemplum*. In: LOWRIE, M. e LÜDEMANN, S. *Exemplarity and Singularity: Thinking Through Particulars in Philosophy, Literature and Law*. Londres: Routledge
- MCCORMICK, J. P. 2015b. Machiavelli's Greek Tyrant as Republican Reformer. In DEL LUCCHESI, F., FROSINI, F. e MORFINO, V. (es). *The Radical Machiavelli: Politics, Philosophy, and Language*. Leiden: Brill
- MCCORMICK, J. P. 2017. Pocock, Machiavelli and Political Contingency in Foreign Affairs: Republican Existentialism Outside (and Within) the City, *History of European Ideas*, v. 43 n. 2, pp. 171-183, doi : 10.1080/01916599.2016.1198073
- MCCORMICK, J. P. 2018.
- PEDULLÀ, G. 2018.
- DI PIERRO, M. 2019. Machiavelli e i conflitti. Le interpretazioni politiche italiane, *Ingenium. Revista Electrónica de Pensamiento Moderno y Metodología en Historia de la Ideas*, v. 13, pp. 75-88, Doi: 10.5209/INGE.64100
- POCOCK, J. G. A. 1972. Custom and Grace, Form and Matter: An Approach to Machiavelli's Concept of Innovation. In: FLEISHER, M. (es) *Machiavelli and the Nature of Political Thought*, New York: Atheneum
- POCOCK, J. G. A. 2003. *The Machiavellian moment: Florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*. 2ª Ed. Princeton: Princeton University Press
- SILVA, R. 2018. A república democrática de Maquiavel: uma crítica à interpretação anti-institucionalista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33(98), e339813. Epub 06 de setembro de 2018. <https://doi.org/10.1590/339813/2018>
- VIEIRA, O. 2019. *Conselhos aos príncipes novos em O Príncipe de Maquiavel*. 167 pp. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

### Resumo

O artigo aponta o reducionismo da determinação exclusivamente socioeconômica do povo e dos grandes na interpretação de McCormick sobre Maquiavel. Este reducionismo resulta em uma leitura limitada de O Príncipe, não examinando satisfatoriamente os capítulos I ao III e o problema da inovação neles expresso. Defende-se que estes capítulos e este problema podem ser examinados pela tematização do conflito, quando se considera a questão da desunião entre grandes e povo para além do seu caráter socioeconômico. Uma comparação entre as leituras de Pocock e Lefort é mobilizada para tanto, pois elas examinam os capítulos iniciais de O Príncipe e reconhecem neles o problema da inovação. O que as diferencia é Lefort reconhecer o tema do conflito enquanto implícito nos capítulos em questão. Com esta comparação, deixa-se indicado que Lefort permite ampliar o horizonte interpretativo visado por McCormick, permitindo uma compreensão mais complexa e dinâmica do conflito entre classes em Maquiavel.

**Palavras-chave:** Inovação; Conflito; O Príncipe; Maquiavel

### Abstract

This article indicates a reductionism on the exclusively socioeconomic determination of the popolo and the grandi in McCormick's interpretation of Machiavelli. This reductionism results in a limited reading of The Prince, one that does not satisfactorily examine chapters I to III and the problem of innovation therein expressed. I defend that these chapters and this problem can be examined through the thematization of conflict, if one considers the question of the disunion between grandi and popolo beyond its socio-economical character. A comparison between Pocock's and Lefort's interpretations is mobilized for it, for they examine the initial chapters of The Prince and recognize the problem of innovation therein. What differentiates them is that Lefort recognizes the theme of conflict as implicit in the initial chapters of The Prince. Through this comparison I indicate that Lefort allows us to broaden McCormick's interpretative horizon, allowing a more complex and dynamic comprehension of conflict.

**Keywords:** Innovation; Conflict; The Prince; Machiavelli